

Maria Franco, em comissão de serviço, pelo período de cinco anos, para exercer o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Casa Pia de Lisboa, I. P., a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 77/2012, de 26 de março, que aprova o diploma orgânico da Casa Pia de Lisboa, I. P., cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — A designada fica autorizada a prestar as atividades previstas nas alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

3 — Para os efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de fevereiro de 2019.

14 de janeiro de 2019. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

1 — Dados pessoais:

Nome: Joaquina Maria Franco;
Data de nascimento: 12 de abril de 1964.

2 — Habilitações académicas e específicas:

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1988. Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) — INA — 2009. Frequência do II Curso de Pós-Graduação em «Legística e Ciências da Legislação» — Faculdade de Direito. Frequência de ações de formação, seminários e conferências nas áreas de direito administrativo, direito comunitário, contratação pública, fiscalidade e contabilidade.

3 — Experiência profissional:

Desde junho de 2017 até à presente data desempenha funções como Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Casa Pia de Lisboa, I. P., em regime de substituição. Entre dezembro de 2015 e junho de 2017 exerceu funções de adjunta do Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas do XXI Governo Constitucional; de outubro de 2012 a dezembro de 2015 exerceu funções como inspetora afeta ao Centro de Competências de Controlo Financeiro Público da Inspeção-Geral de Finanças; entre junho de 2005 e outubro de 2012 exerceu funções como Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.; de agosto de 2002 a maio de 2005 foi Assessora e Diretora de Departamento no Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia; entre maio e agosto de 2002 desempenhou funções como Jurista no Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário; de janeiro de 1997 a abril de 2002 exerceu funções de assessora do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XIII Governo. Desempenhou ainda funções como adjunta do Gabinete do Ministro da Cultura do XIV Governo Constitucional e como assessora do Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas do XIV Governo Constitucional.

311980365

Despacho n.º 958/2019

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) concluiu o procedimento concursal para o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., divulgado pelo Aviso (extrato) n.º 13836/2018, de 12 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 26 de setembro, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, constantes nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado;

Considerando que, nos termos previstos no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta fundamentada indicando três candidatos, entre os quais o licenciado Humberto Fernando Simões dos Santos, determino o seguinte:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, designo o licenciado Humberto Fernando Simões dos Santos, em comissão de serviço, pelo período de cinco anos, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 31/2012, de 9 de fevereiro, que aprova o diploma orgânico do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia

a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — O designado fica autorizado a prestar as atividades previstas nas alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

3 — Para os efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de fevereiro de 2019.

14 de janeiro de 2019. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

1 — Dados Pessoais

Nome: Humberto Fernando Simões dos Santos
Data de nascimento: 14 de março de 1963

2 — Habilitações académicas e específicas:

Licenciatura em Sociologia, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Participação em ações de formação nos domínios de gestão estratégica, desenvolvimento e recursos humanos.

3 — Experiência Profissional:

Desde 10 de janeiro de 2017 exerce funções de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., em regime de substituição. Entre outubro de 2008 e 7 de janeiro de 2017 desempenhou funções de Presidente da Comissão Executiva do Comité Paralímpico de Portugal. O percurso profissional é desenvolvido a par de uma intensa ação cívica em torno da afirmação e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, refletida na assunção de responsabilidades na coordenação e gestão de diversas organizações não-governamentais na área da deficiência. É técnico superior do mapa de pessoal dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas, desde 1983.

311980487

Despacho n.º 959/2019

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) concluiu o procedimento concursal para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., divulgado pelo Aviso (extrato) n.º 13835/2018, de 12 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 26 de setembro, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, constantes nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado;

Considerando que, nos termos previstos no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta fundamentada indicando três candidatos, entre os quais a mestre Marina Cardoso Van Zeller, determino o seguinte:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, designo a mestre Marina Cardoso Van Zeller, em comissão de serviço, pelo período de cinco anos, para exercer o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 31/2012, de 9 de fevereiro, que aprova o diploma orgânico do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — A designada fica autorizada a prestar as atividades previstas nas alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

3 — Para os efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de fevereiro de 2019.

14 de janeiro de 2019. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

1 — Dados Pessoais

Nome: Marina Cardoso Van Zeller
Data de nascimento: 3 de julho de 1974

2 — Habilitações académicas e específicas:

Concluiu o Curso de CAGEP — Curso Avançado em Gestão Pública, realizado no INA, de 2 de outubro a 6 de novembro de 2014; Mestrado em Marketing e Serviços pelo IADE (Instituto de Artes e Design) — Creative University (2009-2011); Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa — Católica Lisbon School of Business and Economics (1992-1997).

3 — Experiência profissional:

Desde janeiro de 2014 até à presente data que desempenha o cargo de Vice-Presidente do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. De 2007 até à presente data — Docente na Pós-graduação de Imagem, Protocolo e Organização de Eventos na Universidade Europeia — Laureate International Universities; De 2011 até 2013 — Formadora na Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa; De novembro de 2010 até 31 de dezembro de 2013 foi Presidente da Associação Portuguesa de Celiacos; De 1998 até dezembro de 2013 — Gestora na Fundação AIP.

311980584

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego

Despacho n.º 960/2019

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e na alínea a) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero, a seu pedido, a licenciada Filipa Henriques de Jesus Caetano da Silva das funções de Chefe do meu gabinete, para as quais havia sido designada pelo Despacho n.º 11104/2017, de 11 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 242, de 19 de dezembro de 2017.

2 — Ao cessar funções, quero ainda expressar público louvor pela elevada dedicação, zelo e profissionalismo, bem como total disponibilidade e qualidades pessoais evidenciadas na forma como Filipa Henriques de Jesus Caetano da Silva exerceu as suas funções.

3 — O presente despacho produz efeitos a 20 de janeiro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

18 de janeiro de 2019. — O Secretário de Estado do Emprego, *Miguel Filipe Pardal Cabrita*.

311994321

Autoridade para as Condições do Trabalho

Despacho (extrato) n.º 961/2019

Para os devidos efeitos, se torna público, que por despacho proferido em 20 de dezembro de 2018, pelo Subinspetor-Geral, Dr. Nélson Ferreira, foi deferido o pedido de licença sem remuneração por um ano, à inspetora, Vânia Raquel Pedrosa Magalhães, nos termos do disposto no n.º 1.º do artigo 280.º e dos n.ºs 1.º, 2.º, 5.º e 6.º do artigo 281.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 31 de janeiro de 2019.

14 de janeiro de 2019. — A Inspectora-Geral, *Maria Luísa Torres de Eckenroth Guimarães*.

311980065

Instituto da Segurança Social, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 114/2019

Através da Deliberação n.º 234/2018, de 29 de novembro, o Conselho Diretivo delibera a cessação da designação, em regime de substituição, de Maria João Cardoso Ribeiro Delgado do Nascimento, técnica superior, no cargo de Diretora do Núcleo de Gestão do Cliente, da Unidade de Apoio à Direção do Centro Distrital de Lisboa, com efeitos a 30 de novembro de 2018.

29 de novembro de 2018. — Pelo Conselho Diretivo, o Presidente, *Rui Fiolhais*.

311974963

Deliberação (extrato) n.º 115/2019

O Conselho Diretivo delibera, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro e dos artigos 27.º e 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão

atual, nomear, em regime de substituição, a seguinte trabalhadora do mapa de pessoal do ISS, I. P. que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das referidas funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular anexa à presente Deliberação:

Licenciada Susana Marina Afonso Diogo, técnica superior, no cargo de Diretora da Unidade de Prestações, do Centro Distrital de Lisboa.

A presente Deliberação produz efeitos a 3 de dezembro de 2018.

29 de novembro de 2018. — Pelo Conselho Diretivo, o Presidente, *Rui Fiolhais*.

Nota Curricular

Susana Marina Afonso Diogo, licenciada em Economia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, com Pós-graduação em Gestão de Sistemas de Informação pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, é técnica superior do Instituto da Segurança Social, I. P.

Em fevereiro de 1998, foi admitida no Instituto Nacional de Estatística, com a categoria de técnica superior como Economista no Departamento de Estatísticas das Empresas; em dezembro de 1999 foi admitida no Instituto para o Desenvolvimento Social, I. P., tendo desempenhado funções de técnica superior no Núcleo da Rede Social; em abril de 2002 desempenhou funções de assessoria ao Sub-Diretor Geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação; de dezembro de 2002 até dezembro 2004, desempenhou funções como técnica superior no Departamento Financeiro do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.; de dezembro 2004 até junho 2010, desempenhou funções como Coordenadora Nacional de Aplicações no Instituto da Segurança Social, I. P.; em junho de 2010 desempenhou funções de assessoria ao Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, I. P., do Ministério da Justiça; a partir de dezembro de 2011, desempenha funções no Instituto da Segurança Social, I. P., na categoria de técnica superior como Gestora Aplicacional no Gabinete de Análise e Gestão de Informação, funções que exerce até à presente data.

311975157

Deliberação (extrato) n.º 116/2019

O Conselho Diretivo delibera, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro e dos artigos 27.º e 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atual, nomear, em regime de substituição, a seguinte trabalhadora do mapa de pessoal do ISS, I. P. que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das referidas funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular anexa à presente Deliberação:

Licenciada Maria Isabel Pereira de Sousa, técnica superior, no cargo de Diretora do Núcleo de Gestão do Cliente, da Unidade de Apoio à Direção, do Centro Distrital de Lisboa.

A presente Deliberação produz efeitos a 3 de dezembro de 2018.

29 de novembro de 2018. — Pelo Conselho Diretivo, o Presidente, *Rui Fiolhais*.

Nota Curricular

Maria Isabel Pereira de Sousa, Licenciada em Relações Públicas e Publicidade, pelo Instituto Superior de Novas Profissões, é técnica superior, do ISS, I. P., Centro Distrital de Lisboa, Unidade de Apoio à Direção/Núcleo de Gestão do Cliente.

Ingressou na Segurança Social em 1995 na área — DSIRR — 1.º Emprego. Nos anos de 97/98 exerceu funções na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no âmbito do desenvolvimento de técnicas de formação de procura ativa de emprego e no “Projeto Ser Criança”; em 2000 ingressou na função Pública na Segurança Social, deu entrada na UACC em 2001, tendo efetuado o seu percurso profissional pelas áreas da Comunicação Social, Protocolo e respostas às reclamações dos cidadãos; a partir de 2002 e por indicação da Diretora de Unidade (à qual prestava assessoria técnica) ficou afeta à coordenação dos SA tendo a seu cargo diversos SA, elaboração/análise de mapas estatísticos da Unidade; no período 2005-2007 substituiu a Diretora de Núcleo nas suas ausências e impedimentos; de 2/08 a 11/12 exerceu funções de Chefe de Equipa de Apoio ao Atendimento; de 1/13 a 11/17 exerceu funções de Coordenadora do Centro de Contacto de Lisboa nas áreas de Pensões, CSI e VMP. Desde 3/18 que exerce funções de Coordenadora do Serviço de Atendimento Eletrónico.

311975668